

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
- COMPESA

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2024

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2024

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife - PE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board*" (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 07 de junho de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 007269/F-8

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-6

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	392.250	248.579	Arrendamento Mercantil	15	18.327	22.343
Contas a receber de clientes	6	920.305	898.877	Empréstimos e financiamentos	16.a	187.950	168.455
Estoques	7	14.103	10.337	Fornecedores	17	199.197	226.297
Ativo fiscal corrente	8	52.307	61.412	Depósitos e retenções contratuais		447	454
Convênios e outros investimentos	9	36.021	35.015	Passivo fiscal - corrente	18	20.102	38.228
Outros créditos a receber	10	3.779	2.697	Passivo fiscal - diferido	18	7.649	7.649
Despesas antecipadas		398	98	Consignações a recolher		4.699	5.892
Total do ativo circulante		1.419.163	1.257.015	Salários e encargos sociais	19	55.528	50.974
				Juros sobre capital próprio	23	20.047	20.047
				Outras contas a pagar	20	74.561	74.674
						588.507	615.013
Não circulante				Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Arrendamento Mercantil	15	1.431	1.618
Contas a receber de clientes	6	23.671	23.335	Empréstimos e financiamentos	16.a	714.646	545.081
Ativo fiscal diferido	8	24.183	24.183	Provisões e passivos contingentes	21	108.972	98.949
Convênios e outros investimentos	9	147.462	147.573	Passivo fiscal - corrente	18	298	298
Depósitos judiciais	21	92.199	89.569	Passivo fiscal - diferido	18	71.558	67.946
Ativo de Contratos	11	285.431	278.815	Outras contas a pagar	20	1.713.019	1.700.860
		572.946	563.475	Juros sobre capital próprio	23	160.472	160.472
Imobilizado	12	152.817	157.427	Benefício a empregados	22	329.869	329.869
Intangível	13	9.512.163	9.446.083			3.100.265	2.905.093
Total do ativo não circulante		10.237.926	10.166.985			3.688.772	3.520.106
				Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	7.472.434	7.472.434
				Adiantamento para futuro aumento de capital	24.b	241.366	231.707
				Ajustes de avaliação patrimonial		(54.209)	(54.085)
				Reservas de Lucros		253.838	253.838
				Lucros/Prejuízos acumulados		54.888	-
						7.968.317	7.903.894
Total do ativo		11.657.089	11.424.000			11.657.089	11.424.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
	Nota		
Receita Líquida	25	696.469	680.576
Custo dos serviços prestados	26	<u>(468.300)</u>	<u>(500.132)</u>
Lucro bruto		228.169	180.444
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	27.a	(77.364)	(61.633)
Administrativas	27.b	(81.959)	(79.283)
Tributárias	27.c	(4.451)	(4.139)
Outras receitas (despesas), líquidas	27.d	<u>4.996</u>	<u>980</u>
		<u>(158.778)</u>	<u>(144.075)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>69.391</u>	<u>36.369</u>
Receitas financeiras	28	21.725	16.132
Despesas financeiras	28	<u>(29.197)</u>	<u>(26.393)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	<u>(7.472)</u>	<u>(10.261)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>61.919</u>	<u>26.108</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(3.419)	(2.769)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(3.612)	(3.340)
Lucro líquido do exercício		<u><u>54.888</u></u>	<u><u>19.999</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		<u><u>0,27</u></u>	<u><u>0,11</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Lucro líquido do exercício	54.888	19.999
Resultados abrangentes		
Variação líquida do valor justo de investimentos	(124)	34
Resultado abrangente total	<u>54.764</u>	<u>20.033</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	24	Reservas						Total	
			Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais		Lucros/Prejuízos acumulados
Saldo em 01 de janeiro de 2023			6.982.772	445.930	(16.840)	60.979	121.959	43.733	-	7.638.533
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	4.936	-	-	-	-	-	4.936
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial			-	-	34	-	-	-	-	34
Lucro líquido do período			-	-	-	-	-	-	19.999	19.999
Saldo em 31 de março de 2023			6.982.772	450.866	(16.806)	60.979	121.959	43.733	19.999	7.663.502
Saldo em 01 de janeiro de 2024			7.472.434	231.707	(54.085)	65.515	131.030	57.293	-	7.903.894
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	9.659	-	-	-	-	-	9.659
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial			-	-	(124)	-	-	-	-	(124)
Lucro líquido do período			-	-	-	-	-	-	54.888	54.888
Saldo em 31 de março de 2024			7.472.434	241.366	(54.209)	65.515	131.030	57.293	54.888	7.968.317
			-	-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	54.888	19.999
Ajustes por:		
Depreciação	6.377	5.301
Amortização	24.032	23.986
Variação despesas financeiras	(1)	17.330
Perdas por crédito não liquidado	54.634	41.625
Ajuste a valor presente	230	48
Receitas e despesas de aplicações	(14)	991
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	10.023	4.583
Ajuste de estoque	2	(166)
Resultado com alienações e baixa de ativos	(4.204)	-
Juros e custos sobre empréstimos	23.434	-
Juros sobre arrendamento	414	-
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(40.126)	(37.063)
Tributos Diferidos	3.611	3.340
	<u>133.300</u>	<u>79.974</u>
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(76.399)	(60.466)
Estoques	(3.111)	3.815
Tributos a recuperar e diferidos	9.106	(5.162)
Convênios e outros investimentos	1.154	1.146
Outros créditos a receber	(1.082)	(1.646)
Despesa antecipada	(300)	-
Depósitos judiciais	(2.630)	(576)
Fornecedores	(27.100)	99.151
Depósitos e retenções contratuais	(6)	(27)
Tributos a recolher	(18.127)	(2.495)
Consignações a recolher	(1.193)	(785)
Salários e encargos sociais a pagar	2.394	2.141
Outras contas a pagar	(82)	19
Provisões para contingências	-	(162)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>15.924</u>	<u>114.927</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo Imobilizado	(1.310)	(18.201)
Ativo de contratos e Intangível	(37.500)	(82.315)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(38.810)</u>	<u>(100.516)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	222.179	193.552
Amortização de empréstimos e financiamentos	(33.802)	(19.697)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(26.819)	(20.803)
Pagamento de principal mais juros de Arrendamento	(4.660)	-
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	9.659	4.936
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>166.557</u>	<u>157.988</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>143.671</u>	<u>172.399</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	248.579	125.595
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	392.250	297.994
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>143.671</u>	<u>172.399</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Receitas		
Água, esgoto e serviços	637.369	555.081
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.634)	(41.625)
Cancelamento	(6.217)	(2.684)
Outros	4.746	551
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(28.421)	(34.521)
Energia	(82.378)	(79.709)
Serviços de terceiros	(178.579)	(178.242)
Outros	(24.458)	(17.230)
Valor adicionado bruto	267.428	201.621
Retenções		
Depreciação e amortização	(30.410)	(29.287)
Valor adicionado líquido produzido	237.018	172.334
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.726	16.132
Aluguéis	341	259
Valor adicionado total a distribuir	259.085	188.725
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	122.943	95.034
Remuneração direta	71.911	60.541
Benefícios	32.437	29.793
FGTS	18.595	4.700
Tributos	51.823	47.098
Federais	47.870	43.109
Estaduais	3.278	3.556
Municipais	675	433
Remuneração de capitais de terceiros	29.431	26.594
Juros	29.197	26.393
Aluguéis	234	201
Remuneração de capitais próprios	54.888	19.999
Resultados retidos	54.888	19.999
Total distribuído	259.085	188.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Informações Gerais

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

1.1 Contexto Operacional

Atualmente, a Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluído nesses o distrito de Fernando de Noronha. O prazo de validade definido para os contratos em vigor é até 31 de dezembro de 2050.

Do total de 173 concessões municipais operadas, 12 estão sendo executadas por meio Contrato de Prestação Regionalizada (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, São Vicente Ferrer, Tamandaré) e 1 está sendo executada sem contrato (Santa Cruz da Baixa Verde).

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculado:

	QUANTIDADE DE CONTRATOS	FATURAMENTO 31/03/2024 (*)	%
Microrregião Sertão	24	64.309	10,19%
Até 31/12/2050	23	63.971	10,14%
Operado sem contrato	1	338	0,05%
Microrregião RMR-Pajeú	149	566.844	89,81%
RMR - Até 31/12/2050	14	348.585	55,23%
Outros - Até 31/12/2050	123	166.094	26,32%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2033	12	52.165	8,27%
			10,19%
TOTAL	173	631.153	100%

(*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 24).



2. Apresentação das Demonstrações contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 12 de junho de 2024.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

Conforme orientações emanadas pelo Comitê Internacional de Políticas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2024 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4. Gestão de Riscos

4.1 Gestão do Risco Operacional

O negócio da Companhia refere-se basicamente à prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário. Para este é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente. Já para o serviço de abastecimento de água é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera.



Os contratos de prestação de serviços que a Compesa mantinha com os Municípios possuíam prazos e formatos diversos e foram submetidos a um processo de revisão e aditamento de seus termos em virtude das novas determinações impostas pela reforma do Marco Regulatório do Saneamento, a partir da edição da Lei Federal nº 14.026/2020 que estabelece, entre outras alterações, a formalização contratual de metas progressivas e graduais de redução de perdas, de redução de intermitência no abastecimento, de eficiência energética, de qualidade e de universalização dos serviços de água e de esgotamento sanitário que deverão atingir o patamar de 99% e 90%, respectivamente, até o ano de 2033.

Desta forma, com o fito de alinhar-se ao Novo Marco, a Compesa firmou novos termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços e em vista da proteção do ato jurídico perfeito, a equação econômico-financeira foi reequilibrada, considerando a prestação regionalizada a que cada Município aderiu, mediante extensão de prazo, de forma a que a avença original teve a sua vigência ampliada até 31 de dezembro de 2050.

Os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência dos municípios, no caso de interesse local e Estado em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum. Diante do verificado, o titular, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/1995 art. 42 e alterações posteriores), deverá formular a política pública de saneamento conforme legislação específica.

4.2 Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAÚDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Parcerias (DMP), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Em 2024, a Companhia deu continuidade às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

Os ativos atuariais da Compesa perante a COMPESAPREV não são reconhecidos devido a inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste ressarcimento. Contudo, com o objetivo de mitigar riscos, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (Compesa).



O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	392.250	248.579
Contas a receber de clientes	943.976	922.212
Créditos de convênios e outros investimentos	183.482	182.588
Outros créditos a receber	3.779	2.697
	1.523.487	1.356.076

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

Ativos financeiros não derivativos	31/03/2024	31/12/2023
Não vencidos	868.599	729.136
Vencidos de 0 a 30 dias	81.236	83.198
Vencidos de 31 a 60 dias	41.521	42.313
Vencidos de 61 a 90 dias	36.597	33.434
Mais de 90 dias	495.534	467.995
	1.523.487	1.356.076

4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia eventualmente poderá enfrentar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. Nesse sentido, o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos e investimentos, reduzindo riscos de liquidez.

Além disso, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos *Covenants* definidos nos contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil, consórcio Banco ABC e Banco Votorantim e Banco Santander.

A seguir, está a maturidade dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/03/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	902.596	713.536
Fornecedores	199.197	226.297
Outras contas a pagar e JCP (PNC) (*)	1.948.053	1.936.006
Consignações a recolher	4.699	5.892
	3.054.545	2.881.731

*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivados	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	902.596	902.596	86.697	101.253	217.200	357.631	139.815
Fornecedores	199.197	199.197	99.599	99.598	-	-	-
Outras contas a pagar e JCP (PNC)	1.948.053	1.948.053	325	72.532	645	512	1.874.039
Consignações a recolher	4.699	4.699	4.699	-	-	-	-
	3.054.545	3.054.545	191.320	273.383	217.845	358.143	2.013.854



4.4 Risco de Taxa de Juros

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI+ taxa fixa). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	1.523.487	1.356.076
Passivos financeiros	<u>3.054.545</u>	<u>2.881.731</u>
(a)	(1.531.058)	(1.525.655)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	235.191	235.177
Passivos financeiros	<u>902.596</u>	<u>713.536</u>
(b)	<u>(667.405)</u>	<u>(478.359)</u>
(a-b)	(863.653)	(1.047.296)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	<u>31/03/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	1.523.487	1.523.487	1.356.076	1.356.076
Passivos financeiros	<u>3.054.545</u>	<u>3.054.545</u>	<u>2.881.731</u>	<u>2.881.731</u>
(a)	(1.531.058)	(1.531.058)	(1.525.655)	(1.525.655)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	235.191	235.191	235.177	235.177
Passivos financeiros	<u>902.596</u>	<u>902.596</u>	<u>713.536</u>	<u>713.536</u>
(b)	(667.405)	(667.405)	(478.359)	(478.359)
(a-b)	(863.653)	(863.653)	(1.047.296)	(1.047.296)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.



Composição dos valores:

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos bancários vinculados	26.301	13.967
Aplicações financeiras	365.949	234.612
	392.250	248.579
Tipo de Aplicação Financeira	31/03/2024	31/12/2023
Fundos de Investimento	313.299	187.157
CDB	52.650	47.455
	365.949	234.612

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de março de 2024, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de empréstimos captados para investimento, capital de giro e aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas relações podem ser estabelecidas a partir do conhecimento dos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa. A primeira delas associa o montante destes com o passivo da Companhia, possibilitando assim o conhecimento sobre o total da dívida líquida. Nesse sentido, informa-se que:

	31/03/2024	31/12/2023
Total do passivo	3.688.772	3.520.106
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(392.250)	(248.579)
Dívida Líquida (A)	3.296.522	3.271.527
Total do Patrimônio Líquido (B)	7.968.317	7.903.894
Relação Dívida Líquida sobre PL (A/B)	0,41	0,41

A dívida líquida da companhia (A) em março de 2024 é de R\$ 3.296.522 (R\$ 3.271.527 em dezembro de 2023). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) corresponde a R\$ 7.968.317 (R\$ 7.903.894 em dezembro de 2023). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,41 (0,41 em dezembro de 2023).

Outra informação que se pode obter provém da relação do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa (A)	392.250	248.579
Total do Passivo Circulante (B)	588.507	615.013
Indicador de Liquidez Imediata A/B	0,67	0,40

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em março de 2024 foi de 0,67 (0,40 em dezembro de 2023). Esse índice significa que, em março de 2024, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 67% (40% em dezembro de 2023) de suas obrigações de curto prazo.



6. Contas a Receber de Clientes

Política Contábil:

Clientes: O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos, e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Perdas Por créditos não liquidados: De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão incorrida é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos.

As perdas por créditos não liquidados que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.

Composição dos valores do Contas a Receber:

	31/03/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.810.994	-	1.810.994	1.767.366	-	1.767.366
Perdas por créditos não liquidados	(1.032.092)	-	(1.032.092)	(995.627)	-	(995.627)
Órgãos públicos	89.184	-	89.184	86.618	-	86.618
Outros Créditos (a)	18.243	-	18.243	7.767	-	7.767
	886.329	-	886.329	866.124	-	866.124
Parcelamentos (b)	29.953	17.378	47.331	28.812	16.914	45.726
Financiamentos (c)	4.023	6.293	10.316	3.941	6.421	10.362
	33.976	23.671	57.647	32.753	23.335	56.088
	920.305	23.671	943.976	898.877	23.335	922.212

	31/03/2024	31/12/2023
A vencer:		
Faturas de água e esgoto	231.440	239.183
Parcelamentos (b)	47.332	45.727
Financiamentos (c)	10.316	10.362
	289.088	295.272
Vencidas:		
Até 30 dias	81.236	83.198
De 31 a 60 dias	41.521	42.313
De 61 a 90 dias	36.597	33.434
De 91 a 180 dias	92.297	88.172
Mais de 180 dias	403.237	379.823
	654.888	626.940
Total do circulante e não circulante	943.976	922.212

a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;



b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;

c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

Composição das restrições contratuais:

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco do Brasil I (BB 40)	2.100	2.100
Banco do Brasil II (BB 18)	950	950
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	13.021
IN-14	56.266	55.581
IN-22	798	800
Banco ABC (ABC 82)	5.300	5.300
Banco Votorantim	7.000	7.000
Santander (SANT 220)	25.000	-
	<u>123.151</u>	<u>97.468</u>

7. Estoques

Política Contábil:

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Composição dos valores:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Material de operação e manutenção	6.533	5.573
Material de tratamento químico	6.973	4.317
Outros materiais	597	447
	<u>14.103</u>	<u>10.337</u>

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do Ativo Circulante (A)	1.419.163	1.257.015
Menos: Total dos Estoques (B)	(14.103)	(10.337)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	<u>1.405.060</u>	<u>1.246.678</u>
Total do Passivo Circulante (D)	<u>588.507</u>	<u>615.013</u>
Indicador de Liquidez Seca C/D	<u>2,39</u>	<u>2,03</u>



O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/03/2024 esse valor corresponde a R\$ 1.405.060 (R\$ 1.246.678 em 31/12/2023). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 2,39 em 31/03/2024 (2,03 em 31/12/2023), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a aproximadamente o dobro de suas dívidas no mesmo período.

8. Ativo Fiscal Corrente e Diferido

Política Contábil:

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a: diferenças temporárias dedutíveis; e compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observada a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Corrente				
Imposto de renda a recuperar	5.710	-	5.611	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	16.637	-	37.709	-
COFINS a recuperar	8.916	-	8.690	-
PIS a recuperar	2.373	-	2.203	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	17.859	-	6.387	-
	52.307	-	61.412	-
IRPJ	-	18.983	-	18.983
CSLL diferido (A)	-	5.200	-	5.200
	52.307	24.183	61.412	24.183

- a) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

9. Convênios e Outros investimentos

Política Contábil:

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos, ou, ainda, os de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais.

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subsequentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.



Composição de valores:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo Circulante		
Pessoal a disposição outros órgãos	<u>36.021</u>	<u>35.015</u>
Ativo Não Circulante		
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.385	5.385
Convênios Municipais	138.673	138.673
Depósitos bancários - Conta convênio	3	3
Aplicações financeiras - Garantia banco	577	565
Títulos, valores mobiliários e outros	669	792
	<u>147.462</u>	<u>147.573</u>
Composição dos Convênios		
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<i>Federais</i>	<u>2.155</u>	<u>2.155</u>
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
<i>Estaduais</i>	<u>5.385</u>	<u>5.385</u>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	582	582
<i>Municipais</i>	<u>138.673</u>	<u>138.673</u>
Prefeitura do Recife – FMSAN	135.323	135.323
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Outros	63	63
	<u>146.213</u>	<u>146.213</u>

10. Outros Créditos a Receber

Política Contábil:

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, e estão demonstrados pelo custo histórico, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos a fornecedores	1.662	1.642
Adiantamento 13º Salário	1.095	-
Outras	1.022	1.055
	<u>3.779</u>	<u>2.697</u>

11. Ativo de Contratos

Política Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

	<u>31/03/2024</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u>
Obras em andamento material para expansão	166.130	10.249	-	(2.938)	173.441
Obras em andamento material para automação	12.746	-	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	613	148	-	(188)	573
Estoque de obras de concessão	99.326	-	-	(655)	98.671
	<u>278.815</u>	<u>10.397</u>	<u>-</u>	<u>(3.781)</u>	<u>285.431</u>



	31/12/2023				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	181.141	49.592	(9)	(64.594)	166.130
Obras em andamento material para automação	12.146	600	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	461	859	-	(707)	613
Estoque de obras de concessão	154.420	-	-	(55.094)	99.326
	348.168	51.051	(9)	(120.395)	278.815

12. Imobilizado

Política Contábil:

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Composição do imobilizado da Compesa e movimentação dos ativos:

	31/03/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	51.939	(25.004)	26.935	51.003	(24.171)	26.832
Computadores e periféricos	29.345	(21.394)	7.951	29.345	(21.021)	8.324
Telefonia e comunicação	2.072	(1.694)	378	2.072	(1.681)	391
Equipamentos Eletromecânicos	3.278	-	3.278	3.278	-	3.278
Ferramentas de manutenção	193	(171)	22	193	(171)	22
Bens de segurança	147	(136)	11	147	(135)	12
Eletrodoméstico	1.240	(1.043)	197	1.240	(1.030)	210
Móveis e utensílios	9.618	(6.110)	3.508	9.605	(6.002)	3.603
Veículos	3.790	(1.365)	2.425	3.790	(1.288)	2.502
Edificações	89.258	(6.726)	82.532	89.258	(6.428)	82.830
Terrenos	2.253	-	2.253	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	74.195	(54.437)	19.758	79.630	(55.669)	23.961
Bens sem tombamento	3.449	-	3.449	3.089	-	3.089
Outros	120	-	120	120	-	120
Total	270.897	(118.080)	152.817	275.023	(117.596)	157.427



Composição dos valores – Movimentação Imobilizado

	31/03/2024				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	51.003	937	(1)	-	51.939
Computadores e periféricos	29.345	-	-	-	29.345
Telefonia e comunicação	2.072	-	-	-	2.072
Equipamentos Eletromecânicos	3.278	-	-	-	3.278
Ferramentas de manutenção	193	-	-	-	193
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.240	-	-	-	1.240
Móveis e utensílios	9.605	13	-	-	9.618
Veículos	3.790	-	-	-	3.790
Edificações	89.258	-	-	-	89.258
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	79.630	-	(5.435)	-	74.195
Bens sem tombamento	3.089	360	-	-	3.449
Outros	120	-	-	-	120
Total	275.023	1.310	(5.436)	-	270.897

Composição dos valores – Movimentação da Depreciação Imobilizado

	Tx% a.a.	31/03/2024				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(24.171)	(833)	-	-	(25.004)
Computadores e periféricos	20	(21.021)	(373)	-	-	(21.394)
Telefonia e comunicação	20	(1.681)	(13)	-	-	(1.694)
Ferramentas de manutenção	20	(171)	-	-	-	(171)
Bens de segurança	20	(135)	-	-	-	(135)
Eletrodoméstico	10	(1.030)	(1)	-	-	(1.031)
Móveis e utensílios	10	(6.002)	(13)	-	-	(6.015)
Veículos	10	(1.288)	(108)	-	-	(1.396)
Edificações	2	(6.428)	(77)	-	-	(6.505)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(55.669)	(298)	1.232	-	(54.437)
		(117.596)	(1.716)	1.232	-	(118.080)

13. Intangível

Política Contábil:

Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.



Contratos de concessões – PPP: A Compesa e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% até 2037. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

De janeiro a março de 2024, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 3.881 (R\$ 3.627 de janeiro a março de 2023).

Outros ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Composição dos valores – Intangível

	31/03/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.302.036	(1.044.994)	7.257.042	8.264.179	(1.025.124)	7.239.055
Contratos de concessões - PPP	2.280.648	(63.936)	2.216.712	2.228.393	(59.846)	2.168.547
Direitos de uso de softwares	45.226	(6.817)	38.409	45.226	(6.745)	38.481
	10.627.910	(1.115.747)	9.512.163	10.537.798	(1.091.715)	9.446.083

Composição dos valores – Movimentação Intangível

	Taxas (a.a.%)	31/03/2024				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Contratos de concessões						
Custo		8.264.179	8.698	-	29.159	8.302.036
Amortização	2%	(1.025.124)	(19.870)	-	-	(1.044.994)
		7.239.055	(11.172)	-	29.159	7.257.042
Contratos de concessões - PPP						
Custo		2.228.393	52.255	-	-	2.280.648
Amortização	2%	(59.846)	(4.090)	-	-	(63.936)
		2.168.547	48.165	-	-	2.216.712
Softwares - direitos de uso						
Custo		45.226	-	-	-	45.226
Amortização	10%	(6.745)	(72)	-	-	(6.817)
		38.481	(72)	-	-	38.409
		9.446.083	36.921	-	29.159	9.512.163



14. Análise do Valor Recuperável de Ativos

Política Contábil:

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para o cálculo da irrecuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/03/2024 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2023 e, portanto, não existem perdas por irrecuperabilidade a serem contabilizadas.

15. Arrendamento Mercantil

Política Contábil:

Passivos de Arrendamento: Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

Ativos de Arrendamento: Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.



A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

31/03/2024						
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Contrato Finalizado	Depreciação (-)	Atualização	Saldo Final
Ativo	79.629	227	(5.892)	-	230	74.194
Depreciação	(55.668)	-	5.892	(4.660)	-	(54.436)
	23.961	227	-	(4.660)	230	19.758

31/03/2024						
PASSIVO CIRCULANTE						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Transferência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	23.535	241	258	(4.891)	-	19.143
Juros	(1.192)	(14)	(71)	231	230	(816)
	22.343	227	187	(4.660)	230	18.327

31/03/2024						
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Transferência	Pagamento Passivo (-)	Atualização	Saldo Final
Passivo	1.906	-	(258)	-	-	1.648
Juros	(288)	-	71	-	-	(217)
	1.618	-	(187)	-	-	1.431

16. Empréstimos e Financiamentos

Política Contábil:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, e as parcelas que ultrapassam 12 meses após a data do balanço são registradas no passivo não circulante.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/03/2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	224	6.659	6.883
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	2.082	61.830	63.912
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	2.667	79.194	81.861
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	616	16.626	17.242
Banco do Brasil II (BB 18) (f)	1.527	-	1.527
Banco do Brasil III (BB 50) (g)	11.627	-	11.627
Banco do Brasil IV (BB 100) (h)	25.000	22.917	47.917
Banco do Brasil V (BB 100) (i)	25.000	43.750	68.750
Banco do Brasil VI (BB 250) (j)	62.500	130.208	192.708
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (k)	69	1.853	1.922
Banco ABC (ABC 82) (l)	20.488	60.553	81.041
Banco Votorantim (BV 108) (m)	26.983	80.223	107.206
Banco Santander (n)	9.167	210.833	220.000
TOTAL	187.950	714.646	902.596



	31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	221	6.716	6.937
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	1.996	60.679	62.675
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	2.607	79.266	81.873
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	607	16.784	17.391
Banco do Brasil II (BB 18) (f)	2.672	-	2.672
Banco do Brasil III (BB 50) (g)	12.684	2.114	14.798
Banco do Brasil IV (BB 100) (h)	25.000	29.167	54.167
Banco do Brasil V (BB 100) (i)	25.000	50.000	75.000
Banco do Brasil VI (BB 250) (j)	62.500	145.833	208.333
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (k)	68	1.871	1.939
Banco ABC (ABC 82) (l)	15.375	65.678	81.053
Banco Votorantim (BV 108) (m)	19.725	86.973	106.698
TOTAL	168.455	545.081	713.536

- (a) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;
- (b) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;
- (c) Referem-se às Cédulas de Créditos Bancários, emitidas em 29/12/2017, nos valores de R\$ 50.580 (0502.791-07), R\$ 60.000 (0502.797-63), R\$ 35.000 (0502.798-77), R\$ 21.200 (0502.803-42), R\$ 14.700 (0502.813-68) e R\$ 22.400 (0502.840-91) destinadas a melhorias do sistema de água nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE, Ipojuca/PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravatá/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%. Até 30 de junho de 2023, foi liberado o montante de R\$ 154.730;
- (d) Contrato de financiamento nº 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Adutor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 meses; término da carência: 11/12/2021; Desembolso: prazo de 12 meses; amortização: o prazo é de 240, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a;



- (e) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a, com carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento foi em fevereiro de 2023. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;

Covenants da Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.030 (BB 40) emitida pela Compesa em favor do Banco do Brasil S/A: O Banco do Brasil poderá decretar o vencimento antecipado da dívida, considerando automática e imediatamente exigíveis todas as obrigações financeiras decorrentes desta cédula se, na sua vigência, restar configurada qualquer das situações:

- A EMITENTE não mantiver fluxo de recebimento mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 25.000 que deverá transitar em conta não movimentável pela EMITENTE, referente aos recebíveis arrecadados no Banco do Brasil S/A (cobrança e guias não compensáveis), tenham sido estes dados em garantia em quaisquer operações e/ou livre de ônus;
 - A EMITENTE não mantiver, a partir da contratação da operação e durante todo o período de vigência, a relação de Dívida Financeira Líquida/EBITDA de, no máximo 2,5x, calculada pelo menos anualmente, com base nos seus demonstrativos encerrados ao final de cada período.
- (f) Em 21 de junho de 2020, foi emitida Cédula de Crédito Bancário n. 323.400.034 pela Compesa em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 18.000, com vencimento inicial em 22 de julho de 2021 e final em 22 de junho de 2024, totalizando 48 parcelas, comissão flat de 1,5% sobre o crédito concedido e encargos financeiros medidos pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,5% a.a. Destinação do crédito: o valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo impedido de aplicação em investimentos fixos;
- (g) Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.037, no valor de R\$ 50.000, vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85 % a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;
- (h) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.038, emitida em 04/03/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 15/03/2022 (término da carência). Comissão flat 1% sobre crédito concedido na data de liberação. Os encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,97% ao ano. Foi oferecido como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios representados em faturas de prestação de serviços de sua emissão, representativa dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vencíveis a prazo em até 180 dias, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 5.208;



- (i) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.044, emitida em 08/12/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 22/01/2023 (término da carência). Tarifa de 1% sobre crédito concedido, sendo: 0,7% de Comissão Flat, e 0,3% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,30% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi realizada reserva em conta específica de montante equivalente a 2,5 vezes do valor da parcela de amortização pactuada, perfazendo o total de R\$ 5.208;
- (j) Banco do Brasil VI BB250 – Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.047, emitida em 17/05/2022, no valor total de R\$ 250.000 destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 13/05/2023 (término da carência). Tarifa de 1,49% sobre crédito concedido, sendo: 0,75% de Comissão Flat, e 0,74% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos – consubstanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;
- (k) Caixa IN22 refere-se Contrato de financiamento nº 0521.445-07, no valor de R\$ 37.000 destinado à implantação da 2ª etapa do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário Pina, Boa Viagem e Imbiribeira para atender a população estimada de cem mil habitantes, na modalidade operacional Esgotamento Sanitário, totalizando um investimento de R\$ 35.150, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.850 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses, desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência, juros: 6% a.a.; Adicionalmente, neste saldo possui o Contrato de financiamento nº 0521.444-93, no valor de R\$ 19.380 destinado à melhoria e implantação do Sistema de Abastecimento de Arcoverde para atender a população estimada de cinquenta mil e trezentos cinquenta e um habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água totalizando um investimento de R\$ 20.400, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.020 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses; desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a;
- (l) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 12602223 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 82.000 junto ao Banco ABC Brasil. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato;
- (m) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 10343926 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 108.000 junto ao Banco Votorantim. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.



- (n) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 270006024 emitida em 19 de janeiro de 2024 no valor de R\$ 220.000 junto ao Banco Santander (Brasil). Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa do CDI determinada a uma taxa efetiva de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis; e taxa bonificada de 3,73% a.a. equivalentes a 0,30499% a.m. calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 dias úteis incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 60 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.

b) Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil, ao Consórcio Banco Votorantim e ao Banco ABC Brasil e Santander estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 3,0 ou 3,5, respectivamente. Abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/03/2024:

Dívida líquida sobre o EBITDA (<=3,00 e 2,5)	31/03/2024
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+ 187.950
Tributos a Recolher - Circulante	+ 27.751
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+ 714.646
Tributos a Recolher - Não Circulante	+ 71.856
(-) Impostos sobre Convergência	+ (71.558)
Passivo (C)	= 930.645
Disponibilidades	+ 392.250
Aplicações financeiras de longo prazo	+ 579
Disponibilidades e Aplicações financeiras (D)	= 392.829
Dívida líquida (E) = (C-D)	= 537.816
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses) (F)	= 356.958
Dívida líquida / EBITDA → (E/F)	1,51

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/03/2024	31/12/2023
2025	-	166.875
2026	366.172	144.923
2027	128.280	74.719
2028	73.957	158.564
2029	146.237	-
	714.646	545.081

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.



17. Fornecedores

Política Contábil:

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedor de energia elétrica	51.350	92.225
Prestadores de serviços (a)	56.960	62.620
Empreiteiros de obras (b)	16.596	26.155
Fornecedores de materiais (c)	13.262	17.031
Outros (d)	61.029	28.266
	<u>199.197</u>	<u>226.297</u>

- Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;
- Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;
- Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;
- Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

18. Passivo Fiscal

	<u>31/03/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Tributos próprios				
<u>Corrente:</u>				
COFINS e PIS	7.727	-	7.885	-
CSLL	3.419	-	18.566	-
Outros tributos a recolher	40	-	54	-
Parcelamento - Outros	-	298	-	298
	<u>11.186</u>	<u>298</u>	<u>26.505</u>	<u>298</u>
Tributos retidos de terceiros				
<u>Corrente:</u>				
IRRF	2.285	-	4.279	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.575	-	2.339	-
ISS	2.025	-	2.602	-
INSS	3.031	-	2.414	-
Outros tributos a recolher	-	-	89	-
	<u>8.916</u>	<u>-</u>	<u>11.723</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal - corrente	<u>20.102</u>	<u>298</u>	<u>38.228</u>	<u>298</u>
Tributos próprios				
<u>Diferido:</u>				
PIS	1.326	-	1.326	-
COFINS	6.323	-	6.323	-
CSLL	-	71.558	-	67.946
Passivo fiscal - diferido	<u>7.649</u>	<u>71.558</u>	<u>7.649</u>	<u>67.946</u>
Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido	<u>27.751</u>	<u>71.856</u>	<u>45.877</u>	<u>68.244</u>



Política contábil:

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

19. Salários e encargos Sociais a Pagar

Política contábil:

Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

Salário, Remunerações e Benefícios: Registram os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;

Férias: Registra as obrigações referentes a férias, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento mais os encargos incidentes no período aquisitivo;

Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

Composição dos valores:

	31/03/2024	31/12/2023
Provisão para férias	23.683	23.773
Valores a pagar COMPESASAÚDE	9.235	9.637
INSS a recolher	6.016	6.529
Vale Alimentação	6.382	5.568
Provisão 13º salário	5.995	-
FGTS a recolher	1.391	2.052
Valores a pagar COMPESAPREV	1.388	1.735
SESI/SENAI a recolher	446	575
Rescisões	339	330
Outros	653	775
	<u>55.528</u>	<u>50.974</u>



20. Outras Contas a Pagar

Composição dos valores:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura de Petrolina	(a) 1.057	512	1.057	512
Convênios Municipais	(b) 71.485	-	71.593	-
Convênios CODEVASF	(c) -	101.722	-	101.692
Parceria Público-Privada – PPP	(d) -	2.280.649	-	2.228.393
Recuperação CBOS – PPP	-	(669.864)	-	(629.737)
Outros	2.019	-	2.024	-
	74.561	1.713.019	74.674	1.700.860

- (a) Prefeitura de Petrolina: em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 referente custos de recuperação de sistemas indenizados pela Compesa à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 12 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores restantes estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.
- (b) Convênios Municipais: valor refere-se à provisão de 6% da arrecadação líquida anual do Município de Recife, conforme termo de atualização do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o Município de Recife, assinado em 21 de dezembro de 2021. Tais recursos serão alocados anualmente à Conta do Tesouro Municipal de Recife e serão destinados, preferencialmente, a custear serviços e investimentos na área de saneamento básico.
- (c) CODEVASF: Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução desde julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.
- (d) Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da Compesa. (Nota Explicativa 13). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constantes na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período previsto da concessão (35 anos).



21. Provisões e Passivos Contingentes

Política contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem indícios de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

Composição dos valores:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.335	7.468	68.803
Constituição de provisões	20.632	10.151	30.783
Reversão de provisões	-	(637)	(637)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.967	16.982	98.949
Constituição de provisões	8.217	8.743	16.960
Reversão de provisões	(6.937)	-	(6.937)
Saldo em 31 de março de 2024	83.247	25.725	108.972

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à Compesa, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de 108.972 (R\$ 98.949 em 31/12/2023). Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de 92.199 (R\$ 89.569 em 31/12/2023).

Ademais, o montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 283.369 (R\$ 75.107 em 31/12/2023).

22. Benefícios a Empregados

Plano de Aposentadoria – COMPESAPREV

Plano de Benefício Definido (BD)

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nessa Nota Explicativa.



A Companhia é patrocinadora da Fundação Compesa de Previdência e Assistência – COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar em questão é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (Compesa), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano.

Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo do benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade suplementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito os empregados da Compesa enquanto segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS).

Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

Suplementação de aposentadoria por invalidez

Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integralize o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real de benefício, os participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.



Suplementação de aposentadoria por idade

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício.

Suplementação de aposentadoria especial

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos $\frac{1}{20}$ de 20% do salário real de benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20.

Suplementação de pensão

Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebendo ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

Suplementação de abono anual

Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a $\frac{1}{12}$ da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Em 31 março de 2024, a COMPESAPREV possui 2.141 participantes ativos (2.383 em 31 de dezembro de 2023); 1.936 aposentados (1.843 em 31 de dezembro de 2023); 835 pensionistas (835 em 31 de dezembro de 2023); 30 participantes com autoprocínio (36 em 31 de dezembro de 2023) e 19 participantes com benefício proporcional definido (19 em 31 de dezembro de 2023).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- B% (B por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício complementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% / C% / D%, vigentes em 31/12/2023, são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para os participantes ativos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%).



Contribuição da entidade patrocinadora

Desde janeiro de 2017, a Patrocinadora COMPESA não realiza mais contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de Benefício Definido da CompesaPrev como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência da contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais carregadas recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos e Assistidos do Plano.

Abertura do Plano de Contribuição Definida (CD)

No dia 16 de novembro de 2020, A PREVIC publicou a Portaria PREVIC nº 782, no Diário Oficial da União, que aprovou o fechamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) para novas adesões. Entretanto, está garantido o direito adquirido e acumulado de todos os participantes e assistidos vinculados a ele.

Com base nisso, a COMPESAPREV se estruturou para oferecer aos empregados da Compesa um novo plano de previdência complementar: o Plano de Contribuição Definida (CD), que tem a Compesa como Patrocinadora Original, atende a interesses comuns e se adequa à realidade das demais entidades fechadas de Previdência Complementar do Brasil.

Considerado um passo importante, a implantação desse novo plano representa uma adequação ao cenário econômico e social atual, acompanhando a tendência dos demais planos de previdência complementar nacional. O Plano CD é um plano de previdência complementar em que os benefícios são mensurados em função das contribuições e rentabilidade alcançada nos investimentos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase em que recebe os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O Plano CD teve sua operacionalização iniciada em 17/03/2021 e suas principais vantagens são a manutenção do padrão de renda após a aposentadoria; o investimento compartilhado com a Compesa; a opção de contribuição flexível; o empréstimo com uma das menores taxas de mercado; o direito de aderir ao Plano de Saúde; e a Dedução no Imposto de Renda.

Plano de Assistência Médica – COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico (denominado COMPESASAÚDE), que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.



Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

A Patrocinadora COMPESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista de 20% (vinte por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) para os titulares que se enquadram nos benefícios do ACT. Estas duas perdas, somadas, representam 23,75% (28,82% em 2022) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurado em 2023.

Em 2023, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 63.965 (R\$ 57.377 em 2022).

Com o advento da Resolução Normativa-RN nº 254/2011, artigo 27, a partir de 04 de agosto 2012 os contratos coletivos vigentes não poderão receber novos beneficiários, ressalvados os casos de inclusão de novo cônjuge e filhos do titular.

Em 2023, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano	(215.158)	(215.158)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	11,92%	11,92%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(25.647)	(25.647)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(8.275)	(8.275)
(+) Benefícios pagos no ano	13.471	13.471
Perda atuarial do exercício	(31.703)	(31.703)
Obrigação total no exercício	(267.312)	(267.312)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	17.690	17.690
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	11,92%	11,92%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	2.109	2.109
(+) Contribuição da Patrocinadora	7.531	7.531
(-) Benefícios pagos no exercício	(13.471)	(13.471)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(2.553)	(2.553)
Valor justo dos ativos no exercício	11.306	11.306
Custo do serviço passado não reconhecido		
Ganho/ (perda) atuarial no exercício	(31.703)	(31.703)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(2.553)	(2.553)
Apuração do resultado do exercício	(34.256)	(34.256)
Passivo a reconhecer no exercício	(256.006)	(256.006)

Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2021-2023) que a Compesa dispõe de Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA), o qual realizará o pagamento de um “prêmio aposentadoria”, em uma única parcela, correspondente a um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

Modalidade A: dez vezes o piso salarial da Compesa; ou



Modalidade B: cinco vezes o salário contratual básico do empregado; ou

Modalidade C: valor igual a 30% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a Compesa.

O “prêmio aposentadoria”, nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo da conta do FGTS considerado como base de cálculo dos 30%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do “prêmio aposentadoria”.

Farão jus ao valor do “prêmio aposentadoria”, os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a Compesa. Atendido esse requisito, o empregado deverá comunicar à Compesa o recebimento da Carta de Concessão de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2023.

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)

Instituído por meio da aprovação do ACT 2021-2023, o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) é direcionado aos empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com data de aposentadoria anterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, publicada em 13 de novembro de 2019, e que permaneçam trabalhando na Compesa.

Atendidos todos os requisitos, os inscritos no PIDV farão jus a um “Prêmio ao Desligamento Voluntário”, conforme critérios abaixo estabelecidos:

- a) Para os empregados que nunca se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento, o pagamento, em uma única parcela, a título de “prêmio ao desligamento voluntário”, conforme opção do empregado, dentre as modalidades abaixo:
 - MODALIDADE A: 10 (dez) vezes o piso salarial;
 - MODALIDADE B: 05 (cinco) vezes o salário contratual básico do beneficiário;
 - MODALIDADE C: valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo, exclusivamente, ao contrato mantido com a Compesa
- b) Pagamento do prêmio no valor de 20% (vinte por cento) do saldo depositado pela Compesa na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para os empregados que já se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento anteriores e desistiram.

Em abril de 2023, a Companhia abriu novas inscrições para o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário. Estiveram aptos a aderir ao Plano os empregados que tinham no mínimo 05 (cinco) anos de vínculo empregatício com a Companhia na data da inscrição. O término do período de inscrição foi em 17 de maio de 2023 e foram inscritos 133 colaboradores, com a saída do último grupo de desligados em 05/06/23.

Em janeiro de 2024, foi liberada pela Compesa uma nova Proposta de Adesão para Rescisão de Contrato de Trabalho conforme negociado no Processo judicial N° 0000561-89.2023.5.06.0013 e no Procedimento de Acompanhamento Judicial n° 002210.2023.06.000/3 MPT.



Poderiam aderir à proposta de rescisão os 227 colaboradores mencionados no referido processo. Desse total, foram obtidas 162 adesões. O prazo para inscrição foi de 15/01/2024 a 31/01/2024, sendo o último dia de trabalho 31/01/2024, e data da rescisão do contrato de trabalho em 02/02/2024.

Na proposta, foram concedidos pela COMPESA os seguintes benefícios:

- Prêmio de 60% do FGTS - valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo, exclusivamente, ao contrato mantido com a Compesa;
- Permanecer como sócios do plano de saúde nas condições da tabela de Aposentado e Pensionista, a contar da data de assinatura deste instrumento, com o fator limitador de 25% (vinte e cinco por cento) da sua renda (aposentadoria concedida pelo INSS + suplementação da COMPESAPREV) pelo prazo de 6 (seis) anos;
- Receber o valor fixo e irrevogável de R\$ 954,58 (novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), correspondente ao valor de 22 (vinte e dois) vale-refeição/alimentação por mês, a título de “incentivo à demissão”, sem natureza salarial (item “5” da alínea “e” do § 9º do Art. 28 da Lei nº 8.212/1991, c/c § 6º Art. 15 da Lei nº 8.036/1990) até junho/2024.
- Verbas rescisórias devidas até o último dia de trabalho (férias, 13º salário, excetuando apenas o aviso prévio).

Pecúlio por Morte e Invalidez

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

Status de cobertura	31/03/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	71.894	71.894
Status de cobertura: (superávit)	<u>73.863</u>	<u>73.863</u>
Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do exercício	73.863	73.863
Custos esperado pós-emprego	31/03/2024	31/12/2023
Custo do serviço corrente	3.913	3.913
Custo dos juros	<u>6.770</u>	<u>6.770</u>
Custo esperado estimado para o próximo ano	10.683	10.683
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do período	71.894	71.894
Custos dos serviços correntes	3.913	3.913
Juros sobre o valor presente das obrigações	6.770	6.770
(Perdas)/ganhos atuariais	6.903	6.903
Benefícios pagos	<u>(15.617)</u>	<u>(15.617)</u>
Valor presente das obrigações no final do período	<u>73.863</u>	<u>73.863</u>



Posição do benefício a empregados em março de 2024 e dezembro de 2023:

	31/03/2024	31/12/2023
Benefícios a empregados		
Valor justo do ativo do plano	(1.205.790)	(1.205.790)
Valor líquido das obrigações	1.070.768	1.070.768
Plano de Previdência COMPESAPREV	(135.022)	(135.022)
Valor do Ativo/passivo do plano	(135.022)	(135.022)
<i>Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV</i>	-	-
Valor presente das obrigações	267.312	267.312
Valor justo dos ativos	(11.306)	(11.306)
<i>Plano de assistência COMPESASAÚDE</i>	256.006	256.006
Valor presente das obrigações anterior	71.894	71.894
Custos dos serviços correntes	3.913	3.913
Juros sobre as obrigações	6.770	6.770
Perdas e ganhos atuariais	6.903	6.903
Benefícios pagos	(15.617)	(15.617)
Aposentados	-	-
<i>Benefício Pós-emprego (PIA)</i>	73.863	73.863
Total	329.869	329.869

23. Partes Relacionadas

Política contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão, entre outros.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como parte relacionada a Parceria Pública Privada (PPP) celebrada com a empresa BRK Ambiental. A Compesa manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Serviços de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife por meio da Parceria Pública Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Remuneração dos administradores;



Composição dos valores:

Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada (PPP) em benefício da Compesa. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema (COS) incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema (CBOS), durante o período da concessão previsto para 35 anos.

Balanco Patrimonial – 31/03/2024		
BRK Ambiental		
Parte Relacionada	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
	(Nota 17)	(Nota 20)
BRK Ambiental	7.769	2.280.649
BRK Ambiental (CBOS)	-	(669.864)

Demonstração do Resultado – 31/03/2024		
BRK Ambiental		
Despesa		(103.605)
Receita com serviço de construção	(Nota 25)	51.994
Custo com serviço de construção	(Nota 26)	(51.994)

Demais operações: Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado; aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos.

A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas às partes relacionadas da Compesa:

	Resultado	
	31/03/2024	31/12/2023
Controlador		
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	10.009	9.569
Outras partes relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	67.352	65.479



	31/03/2024		31/12/2023	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Contas a receber	10.120	-	9.716	-
Outros (Convênios)	5.384	-	5.384	-
Prefeituras e órgãos municipais				
Contas a receber	68.370	6.269	66.496	6.392
Outros (Convênios)	138.673	-	138.673	-
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Juros sobre capital próprio	19.801	160.472	19.801	160.472
Prefeituras e órgãos municipais				
Petrolina	1.057	512	1.057	512

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Acionistas	Período: 03/2024						Período: 12/2023					
	AÇÕES NOMINATIVAS SEM VALOR NOMINAL											
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	202.971.393	7.468.746	6	-	202.971.399	7.468.746	202.971.393	7.468.746	6	-	202.971.399	7.468.746
Sudene			70.951	3.036	70.951	3.036			70.951	3.036	70.951	3.036
Ad Dipier			5.311	227	5.311	227			5.311	227	5.311	227
Pref.Mun.de Olinda			3.411	146	3.411	146			3.411	146	3.411	146
Pref.Mun.de Gravatá			955	41	955	41			955	41	955	41
Codevasf			741	32	741	32			741	32	741	32
Outros (**)			4.809	206	4.809	206			4.809	206	4.809	206
TOTAL	202.971.393	7.468.746	86.184	3.688	203.057.577	7.472.434	202.971.393	7.468.746	86.184	3.688	203.057.577	7.472.434

(*) O Estado de Pernambuco, como acionista controlador, detém 100% das ações ordinárias e 99,95% do total de ações.

(**) 88 acionistas

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Companhia era composto por 190.048.630 ações, representando R\$ 6.982.772 de capital integralizado, sendo 189.962.966 ações ordinárias e 85.664 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em maio de 2023, houve integralização do Capital Social com recurso proveniente de reserva de dividendos adicionais no valor de R\$ 43.732, sendo 1.155.421 ações ordinárias e 520 ações preferenciais.

Em junho de 2023, a Companhia integralizou capital proveniente de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 445.930, sendo 11.853.526 ações ordinárias, sem valor nominal.

Assim, em 31 dezembro de 2023, o Capital Social da Companhia é composto por 203.057.577 ações, que totalizam R\$ 7.472.434 de capital integralizado, com 202.971.393 ações ordinárias e 86.184 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)



Movimentação AFAC	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial de adiantamento	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.426	12.121
Adiantamento no período/exercício	9.659	231.707
Quantidade de ações	257	6.159
Incorporação ao capital social	-	445.930
Quantidade de ações	-	11.854
Saldo final de adiantamentos	241.366	231.707
Quantidade de ações	6.683	6.427

Até 31/03/2024, foi recebido adiantamento do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 9.659 (R\$ 231.707 em 31/12/2023) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 241.366 (R\$ 231.707 em 31/12/2023).

c) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Alinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbí, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupí, Camutanga, Vertentes, Bezerras, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguarací, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

25. Receitas Operacionais

Política contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.



Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Receita de Venda		
Serviços de abastecimento de água	476.054	416.881
Serviços de esgotamento sanitário	161.315	138.200
Serviços de construção (a)	88.034	148.516
	725.403	703.597
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(22.717)	(20.337)
Cancelamentos	(6.217)	(2.684)
	(28.934)	(23.021)
	696.469	680.576

- a) Em 31 de março de 2024, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 36.040 (R\$ 89.883 em 31/03/2023), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 51.994 (R\$ 58.633 em 31/03/2023) totalizando 88.034 (R\$ 148.516 em 31/03/2023).

26. Custo dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Serviços de terceiros	(131.106)	(136.223)
Pessoal	(96.641)	(77.841)
Energia elétrica	(81.755)	(79.062)
Materiais	(6.029)	(9.677)
Produtos químicos	(34.602)	(22.295)
Depreciação e Amortização	(27.974)	(26.175)
Despesas gerais	(2.159)	(343)
Custo de construção	(88.034)	(148.516)
	(468.300)	(500.132)

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/03/2024, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.



27. Despesas Comerciais, Administrativas, Tributos e Outras

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

a) Despesa Comercial:

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Perdas por créditos não liquidados	(54.634)	(41.625)
Serviços de terceiros	(11.127)	(11.180)
Pessoal	(11.163)	(8.575)
Energia elétrica	(152)	(121)
Depreciação e amortização	(134)	(112)
Despesas gerais	(81)	(15)
Materiais	(73)	(5)
	(77.364)	(61.633)

b) Despesa Administrativa:

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Pessoal	(32.989)	(25.418)
Despesas gerais	(28.946)	(23.579)
Serviços de terceiros	(17.184)	(26.536)
Depreciação e Amortização	(2.302)	(3.000)
Energia elétrica	(471)	(526)
Materiais	(67)	(224)
	(81.959)	(79.283)

c) Despesa Tributária:

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(3.271)	(3.345)
Alvará de Funcionamento	(657)	(413)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(392)	(18)
Taxa outorga captação d'água	(105)	(130)
Outras Taxas e Contribuições Municipais	(18)	(20)
Taxas e Emolumentos	(6)	(211)
Outros	(2)	(2)
	(4.451)	(4.139)

d) Outras Receitas e Despesas:

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Multa impontualidade	3.064	564
Receitas de alugueis	341	259
Taxa de administração de recebíveis	49	49
Outras receitas e despesas operacionais	1.542	108
	4.996	980



28. Resultado financeiro

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Receitas		
Receita financeira de clientes (a)	10.890	12.301
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	9.835	3.484
Outras receitas financeiras	770	299
Ajuste a valor presente	230	48
	21.725	16.132
Despesas		
Encargos de captação (empréstimos e financiamento)	(23.031)	(17.329)
Descontos concedidos	(5.163)	(8.195)
Demais encargos financeiros	(1.003)	(869)
	(29.197)	(26.393)
Resultado financeiro líquido	(7.472)	(10.261)

- (a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 1.330 (R\$ 1.234 em 31/03/2023), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 9.560 (R\$ 11.067 em 31/03/2023) totalizando R\$ 10.890 (R\$ 12.301 em 31/03/2023);
- (b) O saldo corresponde a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2024, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

29. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens. No entanto, em seus termos de contrato junto a fornecedores de obras, a Compesa prevê que estes devem realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

Adicionalmente, a Compesa possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas e cíveis.

30. Riscos e Questões Ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam colocar em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito por meio de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.



31.Eventos Subsequentes

Decorrente da vistoria realizada em 12 de abril de 2024 pela Agência Reguladora do Município de Petrolina (ARMUP), a Companhia foi multada por crime ambiental e irregularidades em estação de tratamento de esgoto em Petrolina, conforme auto de infração nº 002/2024 ARMUP.

A Compesa apresentou ao referido órgão um relatório contendo as medidas corretivas adotadas para regularização da situação infratora. Após análise por parte da ARMUP, o relatório não foi acatado para cancelamento da multa e foi estipulado prazo para o desassoreamento da Lagoa Facultativa da ETE João de Deus. A diretoria Diretoria Regional do Sertão (DRS) junto com a gerência da área realizou um parecer técnico com o diagnóstico e pontos de melhoria para a resolução do problema. Dentre as ações mapeadas estão: (i) Desassoreamento das lagoas; (ii) Procedimento para a limpeza regular dos taludes de acesso; (iii) Proteção da fauna local; (iv) Cercamento da ETE João de Deus.

Em função da complexidade e conjunto de ações a serem definidas, a Companhia está realizando estudos e estimativas para avaliar a viabilidade técnica, financeira e ambiental do desassoreamento. Esses estudos incluem a análise da topografia da área, a caracterização dos sedimentos acumulados, a avaliação dos impactos ambientais potenciais e a identificação das melhores práticas de engenharia para a remoção eficiente dos sedimentos para o atendimento nos próximos 30 dias.

